

HABEAS CORPUS Nº 515.478 - SC (2019/0168285-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JEAN MAICON KRUSE
ADVOGADO : JEAN MAICON KRUSE - SC030685
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : EDUARDO SINHORIN GRASSEL (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDUARDO SINHORIN GRASSEL contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento da Apelação Criminal n. 0000868-24.2013.8.24.0019.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado, juntamente com outros quatro acusados, pela prática, em tese, dos crimes tipificados no art. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Contudo, o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Concórdia/SC julgou improcedente a denúncia, absolvendo os acusados das imputações a eles atribuídas, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 13/22).

Irresignado, o membro do Ministério Público estadual interpôs recurso de Apelação Criminal perante a Corte local, postulando pela reforma da sentença absolutória, de modo a condenar os apelados pela prática do crime de tráfico de drogas.

A Primeira Câmara Criminal do TJSC, por unanimidade, deu provimento ao apelo ministerial para condenar os apelados, tendo o ora paciente sido condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e multa, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 37/38):

PENAL PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTS. 33, CAPUT. E 35, CAPUT, AMBOS DA LEI 11.343/2006). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DA ACUSAÇÃO.

NULIDADE RECONHECIDA DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO APELADO DIEGO. IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE REVELIA SE NÃO HOUVE A CITAÇÃO NOTIFICAÇÃO ESPECÍFICA DO PROCEDIMENTO DA LEI DE DROGAS QUE NÃO EXIME A NECESSIDADE DE CITAÇÃO. CISÃO DO FEITO. REMESSA AO JUÍZO DE ORIGEM PARA PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

- De acordo com as regras do procedimento especial da Lei de Drogas, o acusado será notificado para apresentar Defesa Prévia e, somente após o recebimento da denúncia, proceder-se-á à citação Assim, não se perfectibilizando a citação, não há formação da relação processual, razão pela qual não é possível a decretação da revelia.

MÉRITO. PLEITO CONDENATÓRIO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS PELOS RELATÓRIOS DE INVESTIGAÇÃO. TERMO DE APREENSÃO E DEPOIMENTOS ORAIS DOS POLICIAIS QUE PARTICIPARAM DA INVESTIGAÇÃO E DE USUÁRIO QUE CONFIRMOU AQUISIÇÃO DE ENTORPECENTE COM OS APELADOS. CONTRADIÇÕES EVIDENTES NOS INTERROGATÓRIOS. MERA TENTATIVA DE ISENÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS QUE NÃO MACULA A CONDENAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO SEGURA DE QUE OS APELADOS SE REVEZAVAM PARA FAZER A ENTREGA DA DROGA ADEMAIS, TRÁFICO QUE ERA REALIZADO CONSTANTEMENTE NA PRESENÇA DOS APELADOS E NAS DEPENDÊNCIAS DA RESIDÊNCIA EM QUE MORAVAM. CONDENAÇÃO IMPERIOSA. SENTENÇA REFORMADA.

- Cometem o crime de tráfico de drogas os agentes que habitualmente e constantemente comercializam entorpecentes em residência para diversos usuários, bem como adquirem os entorpecentes e o fracionam para venda, consoante comprovado principalmente por investigação policial que durou mais de um mês, por meio de campanhas, que puderam ver a movimentação intensa de pessoas, em circunstâncias típicas do comércio ilícito de drogas.

- Parecer da PGJ pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

- Recurso conhecido e provido, reconhecendo-se a existência de nulidade em relação ao apelado Diego Dal Pias.

Daí o presente *habeas corpus*, no qual o atual advogado constituído do paciente sustenta a nulidade do acórdão condenatório, uma vez que a Defensoria Pública, que assistiu o paciente durante toda a marcha processual, não fora intimada pessoalmente referente à decisão do Colegiado Catarinense, se quer fora dado vistas ao órgão, o que impediu a oposição de embargos de declaração em razão da perda do prazo recursal.

Aduz que *uma vez constituída a Defensoria Pública para produzir a defesa técnica do paciente deve, a respectiva ser intimada pessoalmente de todos os termos do processo, inclusive da decisão do acórdão que reforma sentença absolutória, o que não ocorreu, in casu, sendo desrespeitado o Contraditório e a Ampla Defesa do paciente, caracterizando o cerceamento de defesa* (e-STJ fl. 6).

Pugna, liminarmente, para que o paciente seja posto imediatamente em liberdade até o julgamento definitivo deste *writ*. No mérito, *requer-se seja concedida a ordem, a fim de confirmar o direito do paciente em cumprir sua pena inicialmente em regime aberto, confirmando-se a liminar* (e-STJ fl. 10).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, que se confunde com o próprio mérito.

É cediço que o conhecimento do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar de maneira inequívoca a pretensão deduzida e a existência do evidente

constrangimento ilegal.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, a fim de se aferir a existência de eventual constrangimento ilegal, em especial após a vinda das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de origem acerca do alegado na presente impetração, em especial se houve a regular intimação pessoal da Defensoria Pública estadual a respeito do acórdão proferido na Apelação Criminal n. 0000868-24.2013.8.24.0019, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator